

## **Nome Mulher, sobrenome Professora: Vivências cotidiano e relações de poder das professoras de Mutuípe 1965-1990**

Leila Carolina Nascimento Almeida<sup>1</sup>

Com o surgimento da História Nova e da História Social passou-se a buscar o estudo da sensibilidade, da vida afetiva na história. Há o alargamento no campo da história, ganhando importância o privado e as relações sociais (DOSSE,:73). Nas últimas décadas a historiografia tem favorecido ao surgimento de uma história social incluindo também neste contexto, a história das mulheres, já que se volta para grupos marginalizados do poder. A utilização de novos métodos e abordagens mais adequados acabam por abrir espaço para uma história do cotidiano.

E. P. Thompson acrescentou as noções de experiência e cultura nas análises historiográficas, buscando compreender as experiências de pessoas comuns do passado, além disso, buscando uma aproximação com outras áreas do conhecimento como a antropologia social<sup>2</sup>, nos chama atenção para o cuidado ao observar as fontes, tentando observar as entrelinhas, aquilo que muitas vezes passa despercebido ao primeiro olhar, como nos fala “reexaminar o velho material recolhido e fazer novas perguntas, procurando recuperar os costumes perdidos e as crenças que os embalsamavam”<sup>3</sup>, e assim encontrar respostas perdidas. Esse foi um dos pontos de partida para o surgimento das exigências metodológicas que abriram o leque de possibilidades de fontes históricas como imagens, correspondências pessoais, inquéritos, literatura de cordel, romances, obras memorialistas, além de serem inseridos novos métodos de leitura e tratamento.

Alguns historiadores têm tentado demonstrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana como George Duby que insurgiu-se contra uma visão essencialmente idílica da figura feminina, em sua obra *História das Mulheres*, ressaltando como as mulheres se mantêm objeto do poder masculino.

Com a nova história, o papel da mulher e da família acabam por entrar no debate e com a história das mentalidades, aparece uma preocupação de se aprofundar o estudo de gênero. A categoria gênero passa a ser utilizada a partir da década de 1980 para caracterizar as relações entre os sexos, partindo da compreensão de que a história da mulher passa

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de História Regional e Local, UNEB – Campus V

<sup>2</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. P. 227. Ed. UNICAMP.

<sup>3</sup> *Idem*. P. 234

necessariamente pelo estudo de sua relação com o homem. Sendo assim, o gênero é entendido como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos: o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder.<sup>4</sup>

Considerando que as mulheres são dotadas de poder, ou poderes informais, a ciência histórica e antropológica toma como objeto de investigação as suas vidas. Esse poder feminino geralmente representado por algo oculto, que circula no meio social, secreto mecanismo das coisas. Para Michelle Perrot “é um sexo que se chama frágil e, no entanto, exerce, seja sobre a sociedade, seja sobre a família uma espécie de onipotência”<sup>5</sup>

Assim, ao observar o poder ou poderes das mulheres, encontramos bases nos estudos de Michel Foucault para discutir a concepção de micro-poderes ou sub-poderes, que seriam as resistências e manifestações presentes nas estratégias cotidianas. Nesta perspectiva a idéia de passividade atribuída às mulheres no passado é posta abaixo. Para Foucault não existiu algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é algo natural, é uma prática social e como tal é construído historicamente (FOUCAULT, 1992). Assim, percebemos que a idéia de poder não é algo universal e sim uma prática mutável exercida na sociedade que intervém materialmente na realidade dos indivíduos, penetrando na vida cotidiana como uma espécie de “micro-poder” ou “sub-poder”. O poder neste caso é a relação de força, é o uso estratégico e uma relação entre indivíduos: os que detêm e os que sofrem a força deste. Analisando o poder nas instituições, até então, tidas como não políticas, pode-se explorar a pluralidade do poder no cotidiano, sendo bastante relevante para a compreensão das experiências femininas sempre relegadas no passado ao terreno das rotinas. Para a história social o cotidiano é uma área de improvisação de papéis informais em que se multiplicam formas peculiares de resistências e lutas como afirma Michelle Perrot: “se elas não tem *o poder*, as mulheres têm diz-se *poderes*. No ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil.”<sup>6</sup>

É importante observar o que nos afirma Mary Del Priore, graças ao estudo da cultura material privada e cotidiana, reencontramos as relações sociais dos modos de produção que não podemos perceber com outras abordagens. A partir do estudo do cotidiano podemos perceber as relações que se desenvolvem nas práticas diárias de homens e mulheres, suas estratégias de dominação e resistência.

---

<sup>4</sup> SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil na Pesquisa Histórica”. In: Educação e realidade. Porto Alegre 16(2). 1990.

<sup>5</sup> PERROT, Michelle. op. cit. p.169.

<sup>6</sup> PERROT, Michelle. op. cit. p.167

Com os estudos do privado, das relações informais das mulheres, de suas resistências, do cotidiano como espaço de lutas, muitos trabalhos foram realizados sobre a questão da mulher no Brasil, todavia as mulheres enquanto profissionais de ensino têm sido constantemente relegadas ao esquecimento.

No que diz respeito a inserção da mulher no mercado de trabalho, era permitido a elas a partir de 1922 o ingresso no magistério, além de profissões como enfermeira ou parteira, pelo fato de ser premissa para a realização destas atividades “o doar-se com nobreza e resignação, qualidades inerentes à mulher”<sup>7</sup>. Assim, a entrada no magistério surgiu como alternativa possível e a ocupação deste espaço profissional lhe abriu um leque de possibilidades inclusive de ação em espaços antes lhe negados, significando também a oportunidade de maior liberdade e autonomia, além de lhes permitir a inserção nos espaços públicos. Desta forma, a educação agora destinada a mulher seria, portanto, feita para além do lar, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas na função de formadora de cidadãos (LOURO, IN DEL PRIORE, 1999: 447).

Neste contexto se percebe que o magistério, que até o século XIX era ocupado exclusivamente por homens, irá se tornar um campo permitido às mulheres. Com o tempo os homens acabam por se afastar deixando cada vez mais espaço para elas (LIMA IN. COSTA, 1997: 126). Segundo Tereza Fagundes, a profissionalização, neste caso, o magistério, representou a forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar uma parcela do espaço público, num verdadeiro cruzamento entre o espaço público e privado<sup>8</sup>.

Para Jane Soares “entre mulheres e educação, o que sempre se esculpiu nas vidas femininas foi um entrelaçamento de destinos incorporando sujeitos históricos aspirando por um lugar próprio no tecido social e uma profissão que se adaptou perfeitamente àquilo que elas almejavam, aliando ao desempenho de um trabalho remunerado as aspirações humanas e afetivas que sempre lhes foram definidas pela sociedade”<sup>9</sup>. Os poucos estudos existentes nesta área tratam de grandes cidades. Pouco se escreveu sobre a história das mulheres nas pequenas cidades, muito menos, sobre a relação entre as mulheres e a educação nestas cidades.

A linguagem oral, usada pelo narrador e captada pelo entrevistador na prática de ouvir depoimentos representados por lembranças recuperadas pela memória, tem sido uma das escolhas metodológicas da História Oral e Social e vem privilegiando um lado subjetivo e afetivo do ser humano que é o desejo de contar histórias, de dar depoimentos sobre sua vida,

---

<sup>7</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: A paixão pelo possível. Unesp. p. 66, 1999.

<sup>8</sup> FAGUNDES, in. FERREIRA; 2002 p. 23.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. op. cit. p. 26.

de lembrar o passado e os anos vividos. Seria como se, por esse procedimento, o tempo passado pudesse de alguma forma, novamente, estar presente. É na verdade um olhar do presente sobre o passado. Assim, as fontes orais são de grande importância já que inexistem materiais impressos sobre as mulheres em Mutuípe, além de permitir a análise de comportamentos, como forma de perceber a mentalidade e a visão dessas professoras em relação aos diversos aspectos da vida cotidiana, seria dar atenção às formas e os gestos do ritual, pois estes fornecem significativas contribuições ao conhecimento histórico, se considerarmos o ato de conceder as entrevistas um ritual, a partir do momento que o entrevistado, fala, gesticula, expressa sentimentos e emoções através dos olhares e dos silêncios.

As histórias de vida evocadas pela memória fazem parte de uma rede de significações imbricadas com o essencial do homem que é o existir e o interagir com o mundo real como afirma Thompson. No evocar das lembranças essas significações emergem e transcendem o simples ato de verbalizar o passado e é possível decifrar a mensagem contida no silêncio, nas pausas nos olhos que se desviam ou se cristalizam, apegados às suas crenças e seus valores. A memória das mulheres, ao transformar-se em história, oferece uma relevante contribuição para o resgate do papel feminino na cultura. O ato de lembrar é de extrema importância para a história por abrir possibilidades inexistentes em documentos escritos, sendo assim, a memória é essencial para a construção histórica, como afirma Walter Benjamim: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele foi, significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampejou no momento em que é solicitado”<sup>10</sup>. Retomando o trabalho com narrativa, algo central em suas obras, Benjamim, chama a atenção para o fato da arte de narrar tornar-se cada vez mais rara, porque ela parte, fundamentalmente, da transmissão de uma experiência no sentido pleno, cujas condições de narração já não existem na sociedade capitalista moderna, devido a três condições principais, segundo ele: A experiência transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte, isto é a condição de pertencimento; o ritmo do trabalho que varia das sociedades de modo de vida artesanal para as sociedades capitalistas; e por último o isolamento dos indivíduos atuais, pois aquele que conta transmite o saber, que seus ouvintes podem receber com proveito, tomando a formas de moral, advertência ou de um conselho, coisa com que hoje, não sabemos o que fazer, por estarmos num mundo particular e privado<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> BENJAMIM, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas. Vol. III. São Paulo: Brasiliense. P. 229. 1989

<sup>11</sup> BENJAMIM, Walter. Idem. Prefácio de GAGGNELLIN. Jeanne Marie. 1985, Ed. Brasiliense. P.11

A partir de seu trabalho, Benjamin busca uma narrativa nova que busque particularidades, que “dê conta” de outros aspectos, por se tornar uma memória coletiva.

O trabalho com memória nos possibilita uma riqueza de informações, já que a memória traz detalhes e um brilho que livros e documentos escritos não são capazes de transmitir, além disso, “cada história é o ensejo de uma nova história, que desencadeia outra, que traz uma quarta, etc.; essa dinâmica ilimitada da memória é a da constituição de um relato, com cada texto chamando e suscitando outros textos<sup>12</sup>.

Por outro lado, Benjamin, chama a atenção do historiador para buscar os elementos decretados negligenciáveis e fadados ao esquecimento, visto que nada do que aconteceu pode ser considerado perdido para a história (Tese 3).

Para Jacques Le Goff, o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, nos quais a história coletiva está ora em retraimento ora em transbordamento, visto que ela vem sendo posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder<sup>13</sup>. Isto se dá pelo fato do ato de lembrar não ser reviver, mas reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje as experiências passadas.

Além das memórias, as correspondências pessoais e as fotografias permitem várias possibilidades de trabalho. A partir da observação de detalhes desconsiderados a primeira vista, mas que se observados atentamente, pode-se compreender muito da sociedade na qual as professoras estavam inseridas, a pose diante do fotógrafo, os detalhes na vestimenta, os espaços escolhidos, muito tem a contribuir.

Ao questionar as professoras que lecionaram em Mutuípe, no período de 1965 a 1990, possuíam fotografias referentes as suas atividades docentes no período citado, todas possuíam fotos de desfiles cívicos, datas comemorativas, além de fotos do grupo de trabalho tanto na escola como fora dela. O que nos faz pensar um pouco na relação existente entre a fotografia e a vida das pessoas, e estabelecer a relação entre história e fotografia.

Com pouco mais de 150 anos de existência, desde o anúncio oficial de sal invenção, a fotografia tem com a história uma relação que ainda está para ser investigada, se pensarmos na utilização da imagem fotográfica, a partir de determinada época, na construção da própria História, isto é, do conhecimento acerca dos homens e das suas relações no tempo no espaço.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> BENJAMIN, Idem. P. 13

<sup>13</sup> LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1994.

<sup>14</sup> TURAZZI, Maria Inez. Imagens da cidade colonial nas imagens do século XIX. P. 88

Segundo Maria Ines Turazzi, a fotografia, empreendendo pela primeira vez por meios fotomecânicos uma certa exploração visual do espaço, estabeleceu também uma inédita relação com o tempo, categoria que se inscreve de modo inseparável na linguagem fotográfica. O tempo da fotografia são muitos: tempo presente, passado e futuro; tempo de obtenção das imagens, etc.

O interesse crescente pela fotografia, não mais como material de apoio à documentação textual, mas como um corpo documental suficientemente abundante, sistemático e autoconsistente, tem incentivado, em grande medida, a adoção simultânea de políticas de coleta de tratamento e de pesquisa em nível institucional, e é neste contexto que se insere a análise da fotografia como documento capaz de articular as práticas sociais e os seus níveis de organização simbólica. Os estudos da natureza fotográfica, das formas de apresentação de seus atributos visuais, das escolhas temáticas, e dos modos de apropriação informam sobre as estratégias de poder em sociedades assimétricas, logo, em constante situação de tensão e conflito. Trata-se portanto de entender a fotografia como suporte de representações que integram ativamente e de maneira específica o fato social, ou seja, são agentes da produção para o pleno funcionamento da sociedade<sup>15</sup>.

A fotografia apresentou-se como um meio capaz de fixar o tempo para a posterioridade. O que significa, como desdobramento, que a fotografia, além de revolucionar a memória individual, contribuiu de modo eficaz para uma certa construção da memória social, objeto da história.

Para Jacques Le Goff, o documento deve ser encarado como “monumento” na medida em que resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinadas imagens de si próprias. Pode-se afirmar que a força constativa de suas imagens, preservando o passado pelo registro desse tempo na memória coletiva, passou a incidir também sobre o tempo futuro, na medida em que a fotografia mostrava-se capaz de construir pela imagem um dado projeto de armazenamento do tempo – presente na memória coletiva das gerações futuras. Assim, as fotografias das professoras de Mutuípe, acabam por incidir na memória coletiva desta sociedade na qual as professoras se encontravam inseridas, ajudando a compor a imagem de professora cobrado e exigido por esta sociedade.

É importante ressaltar que desde o início do uso da fotografia como fonte, esta era utilizada apenas como forma de ilustração do que estava escrito, como forma de reforçar,

---

<sup>15</sup> CARVALHO. Vânia Carneiro de. A Plasticidade Urbana. In. Da Fotografia de imprensa ao Fotojornalismo. P.115

sendo que muitos historiadores negassem este caráter de fonte pelo fato da fotografia se diferenciar da realidade, só a partir das transformações sociais e no pensamento filosófico e científico e com a própria mudança no conceito de documento histórico é que a fotografia vai ser incorporada no rol de fontes de pesquisa histórica.

È como afirma Maria Elisa Linhares, “as imagens visuais deixam de ser consideradas um retrato dos fatos para se transformarem em linguagem dotada de sintaxe própria... as imagens fotográficas deixaram de ser as coisas para se tornarem “figuras das coisas que significam outras coisas”<sup>16</sup>



Observando a fotografia de professora nesta sociedade, o modo de se vestir, de se portar, de aparecer perante a sociedade, faz parte da composição desta imagem que se quer transmitir aos outros. Há uma intencionalidade ao pousar para a fotografia. É como afirma Miriam Lifchiz Moreira leite<sup>17</sup> Como ritual de “tirar retrato” as pessoas que vão ser retratadas se preparam com as melhores roupas e procuram ostentar atitudes distintas e socialmente aprovadas.

Ao questionar as professoras sobre as imagens da professora, como ela era, observe a fala de uma das entrevistadas:

Até o jeito de vestir, entendeu, da professora era olhado, certo, hoje o professor usa até short e nós, nós nunca levantávamos os braços para aparecer um pedacinho da barriga, nem um pedacinho, nós fazíamos até farda: conjunto de blusa por dentro e paletó, entendeu, o modelo da professora era assim, você olhava e dizia é, realmente,

<sup>16</sup> BORGES, Maria Elisa Linhares. História e Fotografia. P.35

<sup>17</sup> LEITE, Miriam L. Moreira. História e Fotografia. Revista Vozes. Nº 3, maio-junho 1992

entendeu? Em tudo ali eles depositavam confiança, uma professora que não se trajava decentemente mais adiante era ignorado pelos outros quer dizer, até na maneira de si vestir o professor era olhado, até na maneira de se vestir.”<sup>18</sup>

Podemos perceber como a fala da professora reforça a imagem da fotografia, o “trajar-se decentemente” como se mostrar ante a sociedade, os gestos, a forma de pousar para a fotografia, mostra-nos a intencionalidade da fotografia.

Isto leva-nos a pensar a imagem fotográfica como algo longe de ser apenas um registro fiel da realidade, configura-se, sobretudo como elemento de sua própria construção, representando-a visualmente.

A forma como a professora se vestia e se mostrava perante à classe e à sociedade acabava por ser questionada e julgada por todos, as mestras deveriam se trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal. Aprendiam gestos modestos e decentes, as formas apropriadas de se vestir, de sentar e de falar, havia todo um investimento político sobre os corpos das mestras através de dispositivos e práticas criava-se um *jeito de professora* e quem fugisse a este era mal vista<sup>19</sup>. A professora incorporava a Escola e era incorporada pelas demais moças e mulheres.



Foto cedida pela Prof. Nadir Almeida – De 1980

---

<sup>18</sup> Entrevista da Professora Regina em 11.10.2007.

<sup>19</sup> PRIORE, Mary Del. op. cit. p.460.



Observando a fotografia acima, percebemos como as professoras “assumem a cena”, no sentido de serem o centro da fotografia, com alunos ao seu redor, a postura é impecável, mesmo as que se mostram descontraídas, possuem postura, o jeito de cruzar as pernas, de pôr as mãos, tudo contribui para esta “imagem da professora”.

Nesta perspectiva, é interessante a colocação de Philippe Perrot que afirma ser a vestimenta a marca de diferenciação e, essencialmente, o ato de significação. Assim, a forma de vestir confirma e revela hierarquias e solidariedades, de acordo com um código garantido e perpetuado pela sociedade e suas instituições<sup>20</sup>. Dessa forma, a vestimenta da professora significava quem ela era e, por isso, deveria diferenciá-la das demais pessoas da sociedade, e por isso a importância de reafirmar esta imagem dela nas fotografias, a professora deveria ser reconhecida na fotografia por qualquer indivíduo que tivesse acesso a ela, assim ela “representava” esta figura ao ser fotografada.

Longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de representar a realidade a partir das idéias dominantes, as fotografias devem ser vistas como documentos que informam sobre a cultura material de um determinado período histórico e determinada cultura e como forma simbólica que atribui significado as representações e ao imaginário social<sup>21</sup>

Diante da transformação dos suportes da memória coletiva em documentos com valor de ‘prova’ do tempo passado na história das sociedades, a fotografia passou a ser encarada com testemunho por excelência da evolução do tempo e, por extensão, das sociedades. Contudo, as relações entre fotografia e história, em cada época e lugar, manifestaram-se em sua especificidade sempre em consonância com a dinâmica própria de cada sociedade.

E, ao escrever a história, incluindo o uso de suas fontes, entre elas a fotografia, os historiadores acabam por si envolver em um debate, na verdade já antigo e que permanece até hoje, a questão da narrativa em História. Desde o Iluminismo já se atacava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos, no séc. XIX a Revolução Copérnica trouxe de volta os acontecimentos ao centro do palco, Com os Annales houve a crítica ao que chamavam pejorativamente de “história dos acontecimentos” em prol de uma História das Estruturas, estabelecendo uma diferenciação, a história popular seria fiel a tradição, já a história acadêmica tornar-se-ia cada vez mais preocupada com os problemas e as

---

<sup>20</sup> PERROT, Philippe, In: REIS, Adriana Dantas. Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia séc. XIX. Centro de Estudos Baianos. N.147.

<sup>21</sup> BORGES, Idem. P. 73.

estruturas<sup>22</sup>, no entanto Paul Ricoeur, defende que toda a história escrita, incluindo a chamada história “estrutural” associada a Braudel, necessariamente assume algum tipo e forma narrativa. È preciso ter em mente que ao transpor algo em forma escrita estamos utilizando da narrativa.

O questionamento acima nos faz lembrar que a história só é acessível por meio da linguagem; que nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; que esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como “história”, e por conseguinte, pode ser tão vária quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita.<sup>23</sup>

Ao escrever a história, o historiador deve ter em mente que o que produz não é a verdade sobre algo, até porque não se busca mais “a verdade” em história, é necessário observar o que se produz é uma interpretação sobre determinado fato ou acontecimento, isto é, uma das possibilidades de interpretação, o que não nega a existência de outras interpretações, e essa consciência é cada vez mais freqüente nos historiadores, em ver sua versão como um ponto de vista particular.

Assim, ao tomar como objeto as professoras de Mutuípe e suas formas de se relacionar com a sociedade exercendo “poder ou poderes” estou dando uma interpretação sobre isto o que não impede que outros trabalhos possam ser escritos com um caráter diferente.

Na verdade, a questão primordial deve ser em relação ao tipo de narrativa a ser escrita, e não se deve-se ou não escrever narrativas. Hayden White, em um debate nos anos 60 nos EUA, acusou a profissão histórica de negligenciar as reflexões literárias de sua época, incluindo um sentido de descontinuidade entre acontecimentos no mundo exterior e suas representações sobre a forma de narrativa, no entanto Burke afirma que os historiadores não são obrigados a se engajar em experiências literárias ou em imitar escritores, para ele o objetivo de buscar novas formas literárias é a consciência de que as velhas formas são inadequadas aos nossos propósitos.

Como solução possível, Burke discute o problema de se fazer uma narrativa densa o bastante para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das ações conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas – instituições, modos de pensar, e se elas atuam como freio ou acelerador dos acontecimentos. È possível que os historiadores aprendam algo com os romancistas, mas não o bastante para resolver os

---

<sup>22</sup> BURKE, Peter. A História do acontecimento e o renascimento da narrativa. In *A Escrita da História*. P. 328

<sup>23</sup> WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da História. In *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48*

problemas literários, pois o historiador precisa ter em mente que não é livre para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e pensamentos dos seus personagens.

Não dá para “criar modelos de professora”, falas e ações baseando-se na imaginação, é necessário seguir as fontes, e ver que caminhos apontam. Seria seguir a proposta descrita por Burke, como “micro-narrativa” (ao longo das linhas do termo micro-história), isto é a narração de uma história sobre pessoas comuns no local que estão instaladas<sup>24</sup>, trazendo para minha pesquisa, seria narrar a história das professoras de Mutuípe, suas formas de se relacionar com a sociedade, observando seu cotidiano, as mudanças e permanências no ser professora, as formas de vigilância da sociedade e em contrapartida, as formas utilizadas por estas professoras para burlar essas formas de vigilância.

Mas é importante a ressalva feita por Burke, ao afirmar que a micro-narrativa não apresenta a solução para todos os problemas apresentados, além de gerar problemas próprios, especialmente o de ligar a micro-história com a macro-história, os detalhes locais às tendências gerais.

#### Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: A paixão pelo possível*. Ed. Unesp. 1998

BORGES, Maria Elisa Linhares. *História e Fotografia*.

BENJAMIM, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas. Vol. III. São Paulo: Brasiliense. 1989

BURKE, Peter. A História do acontecimento e o renascimento da narrativa. In *A Escrita da História*.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder: mulher e política na Bahia*. Coleção Bahianas. NEIM/UFBA.

FAGUNDES, Teresa Cristina Pereira Carvalho. Gênero e Escolha profissional. In: *IMAGENS DA MULHER NA CULTURA CONTEMPORÂNEA*. Coleção Bahianas NEIM/UFBA

FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 10º ed. Ed. Graal, 1992

---

<sup>24</sup> BURKE, Peter. Idem. P. 343

\_\_\_\_\_ Michel. *Vigiar e Punir*. Ed. Vozes. 11ª edição, Petrópolis. 1987.

LEITE, Miriam L. Moreira. História e Fotografia. *Revista Vozes*. Nº 3, maio-junho 1992

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

PERROT, Philippe, In: REIS, Adriana Dantas. *Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia séc. XIX*. Centro de Estudos Baianos. N.147.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

DEL PRIORE, Mary. *A Mulher na historiografia do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1989.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil na Pesquisa Histórica". In: *Educação e realidade*. Porto Alegre 16(2). 1990.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. P. 227. Ed. UNICAMP.

WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da História. In *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48